

O capital monopolista absorve, assim, a mais-valia social e uma parte do valor. No dizer de um especialista, absorve aquele, como o sobreproduto do artesão, do camponês e das classes médias, “graças aos lucros de monopólio, pelo mercado de capitais e pela organização bancária”; e a este, “pela política de preços e pelas manipulações monetárias”. Daí a mais simples definição de monopólio: “empresa ou grupo de empresas que dispõem, de fato, do poder de fixar o preço no mercado”.

Sem a compreensão desse fenômeno universal, seria impossível a do fenômeno particular constituído pelo Brasil. O chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” só pode ser entendido quando situado como decorrente da etapa monopolista do capitalismo, a do capitalismo monopolista de Estado. Antes de ter o capitalismo atingido essa etapa, não havia condições para o aparecimento do chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Este guarda com aquele uma relação dialética. O conceito de *modelo*, tomado agora à cibernética, pode ser visto de maneiras diferentes. Para os fins deste ensaio de análise, fica aceita a definição apresentada por um economista brasileiro: “A formulação de políticas econômicas complexas, capazes de compatibilizar distintos objetivos, tornou-se possível graças à técnica dos modelos. Chamamos de modelo a um conjunto coerente de relações entre dados passíveis de expressão quantitativa, capaz de explicar o funcionamento de uma unidade econômica simples ou complexa. (...) Entretanto, um modelo não é apenas uma lista de variáveis. É, essencialmente, um conjunto de relações perfeitamente definidas entre essas variáveis”.¹

Isto posto, cabe destacar, desde logo, a necessidade da máxima clareza na análise e, portanto, de exata conceituação. Ora, a clareza não é virtude peculiar à economia capitalista. Muito ao contrário: na necessidade de sonegar a injustiça essencial em que o regime capitalista repousa, seus teóricos criaram um conjunto conceitual que esconde a verdade. Ainda os mais destacados e honestos padecem desse defeito, e o defeito não decorre, neles, de insuficiência de conhecimentos, mas do esquecimento de que a essência dos processos econômicos não está na forma como se apresentam mas no caráter das relações sociais, de classe, de que são expressão. Assim, a mais-valia não aparece no processo econômico real; resulta do nível de abstração das diversas formas

¹ Celso Furtado: *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, 3ª edição, São Paulo, 1969, p. 209/210.